

Um voto obriga negociação

A abstenção do grupo do PFL liderado pelo senador Marco Maciel tirou ontem vinte votos indispensáveis para dar vitória a qualquer das duas alas que pretendiam impor, à Constituinte, o conceito de empresa nacional. Haverá necessidade de nova rodada de negociações, desta vez incluindo-se na mesa um grupo de pensamento político que não deseja seguir com o rolão do PFL, vale dizer, com o sectarismo dos deputados José Lourenço e Luís Eduardo Magalhães, uma vez que existem tantas nuances nessa votação quanto as motivações não somente ideológicas, mas empresariais, de cada um.

A emenda do Centrão escapou de ser derubada por um voto, o que dará às duas facções em que se divide a Constituinte maior dose de humildade para negociar. A arrogância e o enfrentamento ideológico não levarão a nada, muito menos espera o País ser regido por uma ordem econômica aprovada na Assembléia por votações tão divididas que cheguem a um voto de diferença. Seria o atalho mais curto para a obsolescência da nova Constituição, transformando a economia nacional em presa ainda mais fácil para o capital estrangeiro.

Melhor fez o senador Marco Maciel ao se abster. Assim, ele e o seu grupo motivaram uma nova temporada de negociações, para que o sentido da definição de empresa nacional seja melhor decantado. Ao sabor dos enfrentamentos ideológicos e emocionais, certamente nada será definido de duradouro.

TARCÍSIO HOLANDA

Uma nova aliança?

Preocupados com a deterioração da situação econômica e com a crise dos partidos, reuniram-se, ontem, pela primeira vez, nos últimos tempos, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Marco Maciel, os que assinaram o compromisso com a Nação que resultou na eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice-presidente da República. "Foi uma primeira avaliação. Teremos novo encontro em alguns dias", disse, cauteloso, o senador Marco Maciel.

Aureliano, Ulysses e Maciel analisaram o crescente agravamento da situação econômica, que tem aumentado as dificuldades sociais, concluindo que há uma notória crise, no PMDB e no PFL, que deve preocupá-los na medida em que são os partidos políticos, em última instância, que operam a chamada democracia representativa. Com a responsabilidade que têm pelo Governo, pretendem examinar quais as alternativas que lhes cabe a fim de evitar uma situação que fique fora de controle.

Ainda se trata de uma linguagem vaga, mesmo porque os três líderes enfrentam dificuldades internas em seus respectivos partidos. Tanto que o senador Marco Maciel logo adverte que não estão conversando, ele, Aureliano e Ulysses, para refazer uma aliança política. "Isso até que poderia acontecer, mas ainda não é o objetivo", disse Maciel.

Tanto o presidente do PMDB, quanto os dois líderes do PFL admitiram que há movimentos em seus respectivos partidos em

A negociação entre os progressistas e o Centrão será oportuna também pela possibilidade de aprofundamento de todas as questões colaterais que envolvem a definição de empresa nacional, notadamente no âmbito da transferência de tecnologia, que cessará, caso seja imposta uma reserva de mercado aos setores de ponta ou aos fornecedores de obras e serviço ao poder central. Essas regalias estão sendo pretendidas pelos progressistas mas que agora passam a se saber com número insuficiente para derrotar a tese do Centrão.

Não há mais partidos influenciando nessa votação: nem o PMDB manda, como um todo, nem o PFL. O segmento do senador Marco Maciel, entre os liberais, ocupou o lado mais progressista, ao abster. O senador já havia revelado, na véspera, ao comparecer espontaneamente à CPI da corrupção, que ainda é possível praticar-se na atual República o tipo de ética que condiz com o melhor estilo republicano. O Sr. Marco Maciel, na verdade, foi uma exceção à regra que incentiva todo ex-ministro de Estado a falar mal do governo e increpar o Presidente da República, quando dele se afasta.

Portanto, nem os russos estão chegando, nem os americanos invadiram nossas praias. E tempo para refletir no conceito de empresa nacional que nos interessa sem que obrigatoriamente se prenda ao jargão socialista ou ao padrão capitalista. A virtude está no meio, já ensinava Aristóteles.

favor do adiamento das convenções nacionais dos dois partidos — do PFL prevista para 15 de maio, e do PMDB a 5 de junho.

Os três líderes concordaram em que o acontecimento mais importante para o País é a promulgação da nova Constituição. Todos os esforços devem ser dispendidos nesse sentido. Depois da promulgação da nova Constituição, haverá condições para que os dois partidos redefinam suas posições em relação ao Governo e ao quadro nacional.

O movimento pelo adiamento da Convenção Nacional do PFL está mais adiantado, mesmo porque está mais próxima a data de realização de sua Convenção. Mas o documento pedindo formalmente o adiamento da Convenção Nacional do PMDB, prevista para o dia 5 de junho, foi concluído ontem, a quatro mãos, pelos deputados Cid Carvalho e Genebaldo Correia.

O documento pede o adiamento para 60 dias depois de promulgada a Constituição, a designação de duas comissões especiais para preparar os projetos de novos programas e estatutos, o seu envio aos diretórios municipais e regionais para ampla discussão e um grande seminário do Partido para a revisão desses documentos às vésperas da Convenção Nacional então marcada.

Ulysses está naturalmente interessado no adiamento da Convenção Nacional, ele que não deseja que nenhum acontecimento perturbe o trabalho da Constituinte. Os três líderes voltarão a se reunir para nova avaliação nos próximos dias.